

GÊNERO E PODER: CATEGORIAS ÚTEIS NA ANÁLISE HISTÓRICA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Tatiana de Souza¹

Tânia Rosa F. Cascaes²

Resumo

O presente estudo apresenta novas formas de análise histórica de discursos científicos e tecnológicos surgidos na modernidade baseados na categoria de gênero. A historiadora Joan Scott evidenciou a emergência acadêmica de um novo campo de conhecimento: os Estudos de Gênero. Mais do que mero reflexo da ideologia decorrente da luta de classes, a categoria de gênero permeia as relações sociais humanas dando um sentido mais amplo à organização e à percepção do conhecimento histórico, concretizando a construção de diferenças sexuais como matéria-prima para a construção da própria lógica do poder. Tais estudos evidenciaram a construção simbólica da diferença entre os sexos, assim como suas conseqüências, decorrentes de disputas sociais e políticas que surgem ao longo dos processos históricos. As idéias de Michel Foucault contribuem para estas reflexões quando permitem perceber toda a complexidade social das diversas manifestações do poder através do saber científico e das disputas políticas em torno da sexualidade humana. Sobre a experiência feminina moderna atrelada ao discurso biológico da maternidade, Elisabeth Badinter expõe a existência de uma construção ideológico-cultural em torno do amor materno. Ao ampliarmos a crítica de gênero sobre a maternidade e suas conseqüências sociais buscamos compreender a emergência de uma tecnologia de normatização e disciplinarização dos indivíduos como um mecanismo de poder legitimado pela ciência que aglutina, simultaneamente, uma ampliação do controle estatal sobre o crescimento populacional e a organização racional do trabalho.

Palavras-chave: Gênero; Ciência; Tecnologia; Maternidade.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/Campus Curitiba). Orientador: Prof. Dr. Gilson L. Queluz. Bolsista pela CAPES. *E-mail:* tatisouza@onda.com.br.

² Graduada em Ciências Sociais, Especialista em Magistério Superior, Mestre em Tecnologia. Membro do Centro de Letras do Paraná e da Academia de Letras José de Alencar. *E-mail:* taniarosa@onda.com.br.

Através da crítica do método científico feita pelos pesquisadores em ciências humanas e da crítica do empirismo, e, do humanismo realizada pelos estudiosos pós-estruturalistas a partir da segunda metade do século XX, passou-se a dar ênfase ao paradigma que teve origem nos estudos literários e se deslocou para outros campos de produção teórica que partiram assertivamente em busca da análise dos significados dos discursos.

Partindo de uma nova forma de construção do conhecimento que atribui importância política fundamental à construção simbólica da diferença entre os sexos, a historiadora norte-americana Joan Scott, em seu célebre texto intitulado **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica possibilita a emergência acadêmica de um novo campo legítimo de conhecimento, a Teoria das Relações de Gênero.

A partir da revisão da teoria feminista, o novo conceito de gênero permitiu perceber a visão dicotômica da construção simbólica das diferenças sexuais humanas, serviu como uma categoria de análise e uma nova maneira de encarar os processos históricos, baseada principalmente numa luta política mais ampla, no campo dos significados culturais.

Sua grande contribuição foi enfatizar que a relação entre as identidades sexuais individuais opostas e hierarquizadas enquanto linguagem e discurso estão sempre vinculados às relações de poder entre homens e mulheres de maneira indissociável, atuando, simultaneamente, nos níveis *materiais e simbólicos* da realidade social.

Importante destacar que, segundo Scott (1995, p.), “o uso de *gênero* enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”, isto é, tal construção dicotomizada e hierárquica da diferença sexual humana pode servir de metáfora para o confronto político entre diferentes grupos sociais, em determinado contexto histórico, contribuindo assim para a construção da própria lógica do poder.

Outra observação importante de Scott é que a categoria de gênero, mais do que mero reflexo da ideologia decorrente da luta de classes funciona nas relações sociais humanas dando um sentido mais amplo à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Seguinto um pouco mais além da discussão iniciada por Scott, podemos buscar em Foucault possíveis desdobramentos para um melhor entendimento da natureza do poder e posteriormente inferir seu entrelaçamento com as relações históricas entre gênero, ciência e tecnologia³ que determinam e são determinadas por este mesmo poder.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da

oposição entre homem e mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina (SCOTT, 1995, p. 92).

Desde o advento da era moderna e da ordem social capitalista passamos a compreender o mundo através da perspectiva da razão e do progresso humano, desde então, o campo de conhecimento científico se tornou fonte legítima de poder, passando a exercer influência direta nos processos sociais e históricos.

A organização racional da sociedade capitalista moderna se apoiou no que existia de “mais verdadeiro”, mais universal, isto é, nos discursos científicos que definiam o ser humano segundo uma natureza biológica inexorável, e ainda, segundo uma concepção progressista e excludente da história.

Ao articularmos a categoria analítica de gênero à análise dos discursos modernos, em sua base científica e tecnológica, servimo-nos das contribuições teóricas de Michel Foucault, na tentativa de compreender como o gênero, enquanto construção social e cultural, funciona dentro de um conjunto mais amplo de técnicas sociais baseadas em discursos normativos sobre a sexualidade que contribuíram diretamente para a realização do projeto moderno de sociedade.

No primeiro volume da **História da sexualidade**, Foucault defende a tese de que a sexualidade é totalmente construída na cultura de acordo com os objetivos políticos da classe dominante. No entanto, devemos ter em mente que Foucault jamais utilizou em suas análises a categoria de gênero. Tratou amplamente do tema da sexualidade, porém de alguns grupos mais específicos – principalmente os homossexuais – reconhecendo as relações políticas aí existentes.

O discurso de gênero dentro da modernidade tenta romper com as legitimações outrora exclusivamente religiosas que fundavam a coletividade.

A análise de Foucault se inicia a partir de um paradoxo: as proibições e regulamentações dos comportamentos sexuais, ditados por autoridades religiosas, legais ou científicas, longe de constranger ou reprimir a sexualidade, produziram-na e continuam a produzi-la, da mesma forma que a máquina industrial produz bens e artigos, e, ao fazê-lo, produz relações sociais. (LAURETIS apud HOLLANDA, 1994, p. 220).

Como “tecnologia sexual”, Foucault (1988, p.) define “o conjunto de técnicas sociais criadas pela burguesia européia a partir do final do século XVIII” para assegurar sua sobrevivência e hegemonia.

O Estado capitalista moderno promoveu a elaboração de discursos científicos sobre a sexualidade infantil, a sexualidade feminina, o controle da reprodução humana, a análise psiquiátrica do comportamento sexual desviante através da pedagogia, medicina, demografia e economia, institucionalizados principalmente dentro da família, lugar privilegiado do controle estatal sobre os indivíduos.

Essa tecnologia, como observou ele, ‘tornou o sexo não só uma preocupação secular, mas também uma preocupação do Estado: para ser mais exato, o sexo se tornou uma questão que exigia que o corpo social como um todo e virtualmente todos os seus indivíduos se colocassem sob vigilância (LAURETIS apud HOLLANDA, 1994, p. 221).

Em **A arqueologia do saber** (2007), Foucault aprofunda questões que relacionam discurso e poder, negando que a natureza do poder seja sempre ideológica, de repressão e interdição.

Foucault enfatiza, na obra mencionada acima, a existência de um regime discursivo e de processos de apropriação dos discursos por aqueles que se reservam o direito de falar, que têm competência para compreender, ter o acesso privilegiado ao saber acumulado e, principalmente, a capacidade de investir este discurso na tomada de decisões, criação de instituições e práticas discursivas regulamentadoras para determinados grupos de indivíduos.

A seguir, Araújo (2001, p.64), nos esclarece que as práticas discursivas, conforme o pensamento de Foucault, são manifestações de poder.

Há poder social, político, econômico, institucional, e poder na e das práticas discursivas. E este último poder não funciona de modo a ser influenciado por aqueles, proibido socialmente, mascarado, provocando distorções ou ilusões e tendo, portanto, que ser denunciado como ideológico. Ele funciona enquanto formador do discurso. Os discursos, especialmente os discursos científicos, podem ser objeto de uma prática política e até mesmo depender dessa prática.

Para Foucault, o discurso científico – que se pretende científico e verdadeiro – começa a ganhar força a partir do século XVI com o desenvolvimento das ciências naturais a partir de processos metodológicos de observação, classificação, medição da realidade com o intuito de estabelecer uma verdade racional sobre a realidade.

Mais tarde, já no século XIX, tal método estabelece um novo tipo de recorte da realidade estabelecendo uma forte aliança entre a ciência e tecnologia com o objetivo de dominar a natureza.

Percebe-se neste novo contexto histórico-político uma outra dimensão de disputa de poder. Uma luta social surge no campo discursivo da ciência e tecnologia e as relações de gênero operando de maneira subordinada aos discursos normativos sobre a sexualidade, processo indissociável da própria ressignificação da verdade que legitima relações de poder, que extrapolaram a esfera da religião e do direito e passaram para a esfera científica não enquanto leis, mas como normas (COSTA, 1979).

No discurso da sociedade disciplinar moderna, o poder político passa a ser legitimado por saberes especializados revestidos da aura da verdade científica.

Dentro do discurso científico normalizador da sociedade industrial moderna, o controle sobre a reprodução humana, e dos discursos sobre as diversas manifestações da sexualidade, em grandes escalas, começou a ser valorizado como um assunto de Estado, no que diz respeito às políticas demográficas de controle racional e científico do controle da natalidade e mortalidade da população em crescimento.

Ao analisar a configuração de gênero que se constituiu neste tipo específico de sociedade podemos observar uma severa restrição sobre “a verdade” da natureza sexual via produção do discurso normativo do gênero feminino pela função social da maternidade.

Através da medicina e de uma política da higiene e da eugenia que regulavam a nova ordem e a nova moral social e familiar, constrói-se uma sociedade qualitativamente dividida em classes, raças e gêneros onde os valores “superiores” serão manifestações dos valores e interesses dos homens brancos burgueses.

No que diz respeito à função da mulher, que, “amamenta e cuida com amor”, assessora do controle médico-científico, esta adquiriu um importante papel relevante e estratégico no combate à suposta degeneração social³ e no maior controle sobre as taxas de natalidade e mortalidade das crianças, garantindo “um estoque” populacional para o futuro da nação na produção de riquezas, e ainda, no fortalecimento do poder militar estatal.

³ Para uma discussão mais aprofundada desta questão, temos os estudos de Nancy Lewis Stepan “Raça e Gênero: o papel da analogia na Ciência” In: *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda, 1994, que explora as articulações entre raça e gênero que desempenharam um papel estratégico na teoria científica sobre as diferenças entre os seres humanos vigente nos séculos XIX e XX.

Badinter (1985) nos fornece um longo e minucioso relato desta construção histórica que culminou na crença generalizada no mito moderno do amor materno, como um instinto biológico inerente às mulheres em geral.

Surge historicamente a mãe educadora e disciplinadora. A dona-de-casa, isolada da vida pública, do trabalho remunerado e da vida intelectual, absorvida em seu sacrifício amoroso em prol do marido, dos filhos e do lar, que viabiliza a reprodução da força de trabalho e um melhor controle dos cidadãos, atendendo aos interesses do mercado e da nação.

É no momento histórico de transição para a modernidade que ganha visibilidade no discurso médico a mulher histérica – um verdadeiro laboratório de pesquisas a serviço do enquadramento médico sobre o corpo feminino que proporciona a fabricação deste modelo moderno de maternidade subordinada aos interesses políticos e econômicos do Estado.

Para Foucault, a histerização dos corpos das mulheres evidencia a construção da “mulher nervosa” como a imagem negativa da “boa mãe”, a grande função da mulher na ordem social capitalista moderna.

A sexualidade feminina moderna – ‘normal’, é aquela que se coadunou com os interesses reprodutivos preconizados pelo Estado dentro das leis do contrato de casamento e através da administração doméstica racionalizada segundo os interesses da economia em geral.

A divisão sexual do trabalho moderno encontrou apoio no discurso científico das aptidões biológicas de cada sexo para as atividades sociais (públicas e privadas), promovendo, segundo os interesses capitalistas, uma crescente exploração dos trabalhadores em geral – encontrando aqui uma profunda articulação com as relações sociais de classe.

Neste sentido, todo o processo de construção cultural simbólica de gênero, em torno da imagem da mulher-mãe, pode nos possibilitar a visão de todo um projeto de racionalização econômica que constrói a sociedade (e a desigualdade entre grupos e indivíduos) sobre a base de uma aparente neutralidade dos fatos biológicos, historicamente universais e, supostamente, isentos das lutas políticas.

O gênero, a ciência e a tecnologia são produtos e processos de relações sociais que envolvem disputa de poder que atuam concreta e simbolicamente na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo.

Através de um olhar crítico sobre o discurso da maternidade moderna institucionalizada na família, corroborado pela ciência e instrumentalizado pelos interesses econômicos do desenvolvimento tecnológico social, podemos perceber o papel histórico

articulado pela categoria de gênero, onde discursos sobre a sexualidade humana se articulam discursivamente a práticas e interesses políticos estratégicos.

Perceber toda a complexidade da intersecção entre gênero, ciência e tecnologia a partir da experiência histórica moderna, é desconstruir verdades científicas absolutas que porventura permaneçam no imaginário individual e coletivo, e assim, vislumbrar a construção de novas possibilidades históricas de condições materiais e simbólicas menos excludentes no contexto contemporâneo e futuro.

Referências

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2001.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. A. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. A. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, p. 71–99, jul./dez. 1995.